

fls. 002

Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste - RO.

Gabinete da Prefeita

OFÍCIO № 517 /GP./89

OURO PRETO DO OESTE - RONDÔNIA.

EM, 11 DE setembro DE 1.989

Senhor Presidente.

Estamos encaminhando a esta Câmara MUnicipal o Proje to de Lei nº 224 de Setembro de 1.989, que autoriza a concessão de anistia aos débitos para com a Fazenda Pública Municipal, e dá outras providências, a fim de que seja analisado e votado pelos Nobres Vereadores deste Município.

Solicitamos que esta matéria seja analisada em regime de urgência, na forma da Lei, tendo em vista sua natureza e finalidade.

Ciente de poder contar com a compreensão de Vossa '

Excelência, antecipadamente agradecemos.

Atenciosamente,

Joselita Araújo de OLiveira

Prefeita Municipal

Exmo. Sr.

HAILTON PEREIRA DA SILVA

DD. Presidente da Câmara Municipal

Ouro Preto do Oeste - RO.



fis. 003

Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste - RO.

Gabinete da Prefeita

MENSAGEM Nº 223 €

de débitos inscritos em Dívida Ativa.

DE 11 DE Setumbro

DE 1.989

Exmo. Sr. Presidente,

Exmo. Srs. Vereadores.

Encaminhamos o Projeto de Lei nº 22f de 11 de Seltembro de 1.989, que dispõe sobre a concessão de anístia aos débitos para com a Fazenda Pública Municipal, e dá outras providências, para análise e deliberação.

A Fazenda Pública Municipal, é credora de débitos de diversas naturezas, cujo valor originário, não ultrapassa NCz\$ 0,50 (cinquenta centavos novos) e, cuja cobrança, torna-se onerosos aos Cofres Públicos Municipal.

Com efeito, com os encargos legais, o débito, no valor de NCz\$ 0,50 (cinquenta centavos novos), vencido em 1.986, equivale a NCz\$ 44,55 (quarenta e quatro cruzados novos e cinquenta e cinco centavos) e, o vencido em 1987, NCz\$ 8,23 (oito cruzados novos e vinte e três centavos), não havendo compensação suficiente para efetivar a sua cobrança.

Esta medida, visa a adequar a Administração Fazendária Municipal, à realidade da economia, o que por si, justifica a exclusão do crédito tributário ' pela inviabilidade e a preservação do princípio da economia processual.

Trata, ainda, o art. 2º e seguintes do parcelamento

Vários são, os contribuintes que, por força alertória a à sua vontade, deixaram de quitar os tributos devidos em época oportuna e, encontram-se em mora-tória.

A Fazenda Pública Municipal, no intuito de permitir o prosseguimento das atividades pelos contribuintes, pretende conceder o parcelamento de seus débitos.

Desta forma, contando com a valiosa contribuição de Vossas Excelências, aguardamos a análise deliberação, votação e a aprovação do presente Projeto de Lei.

Palácio dos Pioneiros,

Joselita Araŭjo de OLiveira Prefeita Municipal



Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste - RO.

Gabinete da Prefeita

PROJETO DE LEI Nº 224

DE 14 DE Setembro

DE 1.989

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ANISTIA AOS DÉBITOS PA-RA COM A FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PRO-VIDÊNCIAS."

A Prefeita do Município de Ouro Preto do Oeste, no uso de suas atribuições,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte

LEI:

Art. 1º - Ficam anistiados os débitos para com a Fazenda Pública Municipal, correspondente ao período de 1.982 a 1.987, inscritos ou não em Dívida 1 Ativa, até o valor originário de NCz\$ 0,50(cinquentacentavos novos), excetuados os valores correspondentes a alienações de lotes urbanos.

§lº - Os processos de cobrança dos débitos a que refere o "caput", serão arquivados, independentemente de despacho.

§2º - Entende-se por valor originário o que corres ponder ao total do débito, excluída as parcelas relativas à atualização monetária e demais encargo legais.

Art. 2º - Os débitos inscritos em Dívida Ativa Municipal, poderão ser pagos mediante prestações mensais e sucessivas, acrescidas de encargos legais , desde que, seja previamente autorizado:

I -- Pelo Prefeito Municipal

II - Pelo Procurador Jurídico

 $\S1^{\circ}$ - O requerimento do devedor solicitando o parce-

lamento, importará em confissão irretratável da dívida.

\$2º - Em se tratando de parcelamento de débito ajuizado, o devedor arcará, também, com as custas, honorários advocatícios devido ao Procurador Jurídi co e demais encargos legais.

 $\S3^{\circ}$ — O atraso no pagamento de duas ou mais prestações, acarretará no vencimento automático das prestações vincendas e o ajuizamento do saldo devedor para Cobrança Judicial.



fls. 005.

Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste - RO.

Gabinete da Prefeita

PROJETO DE LEI № 227

DE 11 DE Setumbro

DE 1.989

FLa. 002

 $\S4^{\circ}$ - Não se autorizará novo parcelamento, enquanto perdurar o parcelamento de débito anteriormente requerido.

§5º - O parcelamento não poderá exceder a 20(vinte)

prestações.

Art. 3º - A existência de parcelamento, não vedará a expedição de certidões, devendo, entretanto, conter informações a respeito do parcelamento.

Art. 4º - Esta Lei poderá ser regulamentada por de

creto do executivo.

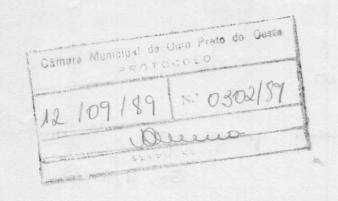
Art. 5º - Revogam-se às disposições em contrário.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua pu-

blicação.

Joselita Araujo de OLiveira

Prefeita Municipal



1300 n. 0302/89

AO EXMº. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO SEGUE O PRESENTE PROCESSO PARA AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS. EM 12 DE SETEMBRO DE 1.989.

Valter de Oliveira
Chefe Seção Protocolo
Fort. P Nº 047 | CMOPO | 89

Ao Procurodor

Julion Percina da cilva

Presidente - CMORO

Envier on pleusing p/ Conhe aiments. Em 15/09/89
Posé Morthung for huff:
Trocurador Juridico. -

PROCURADORIA JURÍDICA =

Froc. n. 0302/99
fls. 006

Proj. de Lei nº 227 de 11/setembro de 1.989.-

"Dispõe sobre a concessão de anistia com a Fazenda Pública Municipal e dá outras providências."

= Parecer Técnico-Jurídico =

Em análise ao projeto acima, de Autoria do Poder Executivo Municipal, somos de parecer que o Projeto de Lei é Constitucional, nos termos do Art. 169 da Constituição Estadual.-

Encontra-se em boa técnica legislativa e regular redação.-

Estando pois em condições legais de ser analisado pelas comissões de Justiça e Redação e Orçamentos e Finanças.-

É nosso parecer,

José Martins dos Anjos Procurador-Jurídico.-

Froc. 10 0302/84
fls. 00 f

A comissão Permanente de fustica e Redação, para dan o parecer mo prazo regi mental de 05 (circo) dias.

Em. 19 09 89

Neuza de Souza Rotis Orachado Diretora 2 pt° Comissões Port. P N° U35/CMOPO/89

Camara Municipal os Caro Pisto do Cesta

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

O Vereador Wanny Cumaraes

Presidente da comiscão Permanente de

unica a Redação

ao uso das pribuição que lhe conferem o Art.

do Regimento Interna.

RESOLVE Como Permanente como Relator

do presente Inojato da loci a 227 189

Sala das Reuniors das Comissões Permanente

em 19 de Situadro de 19 39

Presidente das Comissões

ONágney Guimaráes Vereador PTB

COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Proc. n. 0302/89 18. 008

PARECER Nº 68 /89

PROPOSITURA: PROJETO DE LEI Nº 227 DE 11 DE SETEMBRO DE 1.989

AUTORIA : EXECUTIVO MUNICIPAL

ASSUNTO :"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ANISTIA AOS DEBITOS PARA COM

A FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PARECER E VOTO DO RELATOR

O Projeto em pauta é viável, porém necessário 'se faz uma Emenda Modificativa ao mesmo, para que possa ter assim as formalidades legais.

É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 26 de Setembro de 1989 .

WĀGNEY GUIMARĀES

RELATOR.

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

13 009 been

PARECER Nº 68/89

PROPOSITURA: PROJETO DE LEI Nº 227 DE 11 DE SETEMBRO DE 1.989

AUTORIA : EXECUTIVO MUNICIPAL

ASSUNTO

"Dispoe sobre a concessão de Anistia dos débitos para com a fazenda Publica Municipal e da outras providen cias".

= PARECER=E VOTO DA COMISSÃO =

Em detida análisa, sentimos sua constituciona lidade, porem achamos viavel apresentar uma emenda modificati va, assim somos favoravel desde que seja aprovada a emenda apresentada por nossa comissão.

É Nosso Parecer

Wagney Guimaraes

- Presidente

Ricardo Dias Illivi Thanes - Secretário

Jaime Jose da Silva - Membro Nomeado

VOTAÇÃO ÚNICA
QUORUM 14 votos / cumar.

Em: 25 / 09 / 89

COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Proc. n. 0302/89
Pls. 010

JUSTIFICATIVA

Esta emenda torna-se necessaria, uma vez que o Procurador Juridico da Prefeitura já recebe do Municipi o mensalmente, assim se lhe defirimos o direito a honorarios, estaremos certo que o mesmo estara percebendo duas vezes os mesmos honorarios ou seja do municipio e do devedor.

Ouro Preto do Oeste

Sala das Comissões

Wagney Guimarães/

COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

fls_011____

EMENDA MODIFICATIVA - Nº OL

"Fica assim redigido o paragrafo 2º, itém II do Artigo 2º.

+ "Em se tratando de débito ajuizado; o devedor arcará, com as custas e demais encargos legais".

OVágney Quimarães
Vereador PTB

APROVADO, VOTAÇÃO UNICA QUORUM1400tos / UNAN. Em: 25 / 09 / 89

fls. 012

emeio

Ao Expediente, para posterior

6m, 25

as Blenario.

Neuza de Couza Rotis Machado Di eio. 1 - plo Comissões Port. P No 035/CMOPO/89

Ao Plensinio, segue o presente proceso pora dineuros e votaças da Emenda modificativa me 01, Reveen da Comimos P. de Gustiça e Redação.

Em. 25/09/89

Rosangela Vieira Kogiso
Chefe de Expediente
Port. P. Nº 076|CMOPO|89

Ao Depte das Cominses,

Segue o presente proceso pora

ma providencion

tom, 26/09/89

Rosongela Vieira Rogiso
Chefe de Expediente
Port. P. Nº 076|CMOPO|89

L'aprechente para posterior fis. 0,302/199 envio so plennéio.

Neuza de Souza Hotts Machado Diretora Dpto Comissões Port. P No 035/CMUPO 180

A comissão Permanente de Orçamento e finanças, para das o pareer no prazo regimental de 05 (circo) dias.

> Neuza de douza Rotis Machado Diretora Dpt^o Comissões Port. P N^o 035|CMUPO|89

6m, 29
09
89

Camera Municipal do Ogno Preto do Casta

Camera Municipal do Ogno Preto do Casta

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Vereador Jouis Carles Sorroche

Regimento la Comissão Lerenany de Art.

Regimento la Carles Que lhe conference o Art.

RESOL VE designar o Vereador

presente morto de lou 3. 927 /89

presente morto de lou 3. 927 /89

Sala das Reuniose das Consissões Permanen

da Câmera Municipal de Oero Pesto do Gester

29 de Studro de 1989

Presidênte das Consissões of

Presidênte das Consissões of

Presidênte das Consissões of

Presidênte das Consissões of

Presidênte das PMDE

COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PARECER Nº 55 /89 PROPOSITURA: PROJETO DE LEI Nº 227 DE 11 DE SETEMBRO DE 1.989 :EXECUTIVO MUNICIPAL AUTORIA "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ANISTIA AOS DÉBITOS PARA" ASSUNTO COM A FAZENDA P'UBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊN CIAS". PARECER E VOTO DO RELATOR Em análise ao Projeto em pauta, em conso nância com o comentário do Procurador Jurídico em seu parecer, decidimos pela aprovação do presente. De acordo com o disposto na mensagem do Projeto, entendemos que é viável à aprovação do Projeto em pauta.

Sala das Comissões em, 26 de Setembro 'de 1.989.

LUIZ CARLOS SORROCHE

Humifung

nshm.

COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

fla 015

PARECER Nº 55/89

PROPOSITURA: PROJETO DE LEI Nº 227 DE 11 DE SETEMBRO DE 1.989

AUTORIA :EXECUTIVO MUNICIPAL

ASSUNTO :"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ANISTIA AOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PARECER E VOTO DA COMISSÃO

Em detida análise ao Projeto de Lei nº '
227/89 de Autoria do Executivo Municipal, somos pela aprovação do '
mesmo, na concordância com o Relator desta Comissão.

Sala das Comissões em, 26 de Setembro/89 .

LVIZ CARZOS SORROCHE

PRESIDENTE

SECRETÁRIO

SANTOS PEREIRA DOS SANTOS

Laude

MEMBRO.

APROVADO
VOTAÇÃO ÚNICA
QUORUM 12 woos / unan
Em: 02 / 10 / 89

P100. 11. 0302/19 Hs. 016

Ao Expediente,

Para posterior emeio ao Benário.

Neuza de Eduza Rotis Machado Direio a Epiº Comissões Port. P Nº 035/CMOPO/89

As Plenanis,

Seque o presente proceso para diseussas e notrees do Porecer no 55/89 as Projets de Jaci me 221/89.

Em, 02/10/89.

Rosangela Vieira Kogiso
Chefe de Expediente
Port. P. Nº 076|CMOPO|89



Froc. n. 0302/89 Hs. 00/F

ESTADO DE RONDÔNIA

PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Ouro Preto do Deste

APROVADO

PROJETO DE LEI Nº 227

APROVADO

3.º VOTAÇÃO

QUORUMAO ustos /UNAN.

Em: 10 / 10 / 83

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ANIS TIA AOS DÉBITOS PARA COM A FAZEN DA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OU- ' TRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita do Município de Ouro Preto do Oeste, no uso de suas atribuições,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 19- Ficam anistiados os débitos para com a Fazenda Pública Municipal, correspondente ao período de 1.982 a 1.987, inscritos ou não em Dívida Ativa, até o valor originário de NCz\$ 0,50 (Cinquenta Centavos Novos), excetuados os valores correspondentes a alienações de lotes urbanos.

§1º- Os processos de cobrança dos débi-¹ tos a que refere o "caput", serão arquivados, independentemente de despacho.

§22- Entende-se por valor originário o que corresponder ao total do débito, excluída as parcelas relativas à atualização monetária e demais encargos legais.

Art. 29-0s débitos inscritos em Dívida *
Ativa Municipal, poderão ser pagos mediante prestações mensais e
sucessivas, acrescidas de encargos legais, desde que, seja previa-*
mente autorizado:

I- Pelo Prefeito Municipal II-Pelo Procurador Jurídico

§1º - O requerimento do devedor solici-

tando o parcelamento, importará em confissão irretratável da dívida.



ESTADO DE RONDÔNIA

APROVADO 2. VOTAÇÃO

Fioc. n. 10302/89

fls. 0014

PODER LEGISLATIVO Câmara Municipal de Ouro Preto del Oeste Mao votos / unav

Rua Goncalves Dias N. 1972: -: 78928 Ouro Preto do Qeste - RO / 10 // 83

PROJETO DE LEI Nº 227

DE 11 DE SETEMBRO DE 1.989.

APROVADO 3. VOTAÇÃO QUORUM Woudes / UNAM Em: 10 / 10 / 83

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ANIS TIA AOS DÉBITOS PARA COM A FAZEN DA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OU-TRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita do Município de Ouro Preto do Ceste, no uso de suas atribuições,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 19- Ficam anistiados os débitos pa ra com a Fazenda Pública Municipal, correspondente ao período 1.982 a 1.987, inscritos ou não em Dívida Ativa, até o valor originário de NCz\$ 0,50 (Cinquenta Centavos Novos), excetuados os valores correspondentes a alienações de lotes urbanos.

§19- Os processos de cobrança dos débitos a que refere o "caput", serão arquivados, independentemente de despacho.

§29- Entende-se por valor originário que corresponder ao total do débito, excluída as parcelas relativas à atualização monetária e demais encargos legais.

Art. 29-Os débitos inscritos em Dívida * Ativa Municipal, poderão ser pagos mediante prestações mensais sucessivas, acrescidas de encargos legais, desde que, seja previamente autorizado:

> I- Pelo Prefeito Municipal II-Pelo Procurador Jurídico

§1º - O requerimento do devedor solicitando o parcelamento, importará em confissão irretratável da divida.



Proc. n. 0302/89 fls. 0/8

ESTADO DE RONDÔNIA PODER LEGISLATIVO Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste Rua Gonçalves Dias N. 1972 :-: 78928 Ouro Preto do Oeste - RO

CONT ...

PROJETO DE LEI Nº 227

DE 11 DE SETEMBRO DE 1989.

§2º- Em se tratando de débito ajuizado o devedor arcará, com as custas e demais encargos legais.

§32- O atrazo no pagamento de duas mais prestações, acarretará no vencimento automático das prestações vincendas e o ajuizamento do saldo devedor para Cobrança Judi cial.

§49- Não se autorizará novo parcelamento, enquanto perdurar o parcelamento de débito anteriormente reque rido.

§52- O parcelamento não poderá exceder a 20 (Vinte) prestações.

Art. 39- A existência de parcelamento, * não vedará a expedição de certidões, devendo, entretanto, conter ! informações a respeito do parcelamento.

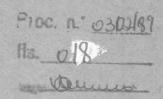
Art. 49- Esta Lei poderá ser regulamentada por decreto do executivo.

Art. 52- Revogam-se às disposições em ' contrário.

Art. 69- Esta Lei entra em vigor na da-

ta de sua publicação 🎶





PODER LEGISLATIVO Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste Rua Gonçalves Dias N. 1972: 78928 Ouro Preto do Oeste — RO

CONT ...

PROJETO DE LEI Nº 227

DE 11 DE SETEMBRO DE 1989.

§22- Em se tratando de débito ajuizado.

o devedor arcará, com as custas e demais encargos legais.

§32- O atrazo no pagamento de duas ou mais prestações, acarretará no vencimento automático das presta- ° ções vincendas e o ajuizamento do saldo devedor para Cobrança Judicial.

§49- Não se autorizará novo parcelamento, enquanto perdurar o parcelamento de débito anteriormente reque rido.

§59- 0 parcelamento não poderá exceder

a 20 (Vinte) prestações.

Art. 39- A existência de parcelamento, *

não vedará a expedição de certidões, devendo, entretanto, conter informações a respeito do parcelamento.

Art. 42- Esta Lei poderá ser regulamentada por decreto do executivo.

Art. 52- Revogam-se às disposições em *

contrário.

Art. 69- Esta lei entra em vigor na da-

ta de sua publicação.

Railton Develof da Salva

Suiz Carly's Sorroche

Ao Senhon Presidente,

Segui o presente proceso pose envio de Optaio, reperente a aprovaços da Redreso Final ao Projeto de dei nu 227/89, e em reguide en camimbor ao Expediente por res arquitado.

Rosangela Vieira Kogie

Rosangela Vieira Rogie Chefe de Expediente Port. P. Nº 076/CMOPO/89

Ao Espediente? Degue processo para Arquivo: En, 11-10-89.

Deviller et ello da Silva Chife de Gabinete

Port. P Nº 049 | CMOPO | 89



PODER LEGISLATIVO Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste Rua Gonçalves Dias N. 1972: -: 78928 Ouro Preto do Oeste — RO

OFICIO Nº 411/GP/CMOPO/RO/89

OURO PRETO DO OESTE-RO. 11 DE OUTUBRO DE 1.989.

Senhora Prefeita,

Servimo-nos do presente, para encaminhar à Vossa Excelência, cópia da Redação Final ao Projeto de Lei nº 227/89, que "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ANISTIA AOS DÉBITOS PARA COM'A FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", informamos que o mesmo foi aprovado em Sessão Ordinária realizada no dia 10 de Outubro de 1989, 2ª e 3ª votação, nesta Egrégia Casa de Leis.

Sem mais para o momento, aproveitamos a

oportunidade para reiterarmos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Ecmª. Srª. JOSELITA ARAŬJO DE OLIVEIRA MD. Prefeita Municipal

OURO PRETO DO OESTE - RO.

Presidente - CMOPO

own, 11, 70, 90